

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

MAPEAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO PERFIL DE AGRESSOR(A) SEXUAL INFANTIL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Fabiane Olivia Ardenghi, Mario Antonio Sanches

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10142>

Submetido em: 2024-10-04

Postado em: 2024-11-01 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Odirlei Arcangelo Lovo (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0576-9284>)

MAPEAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO PERFIL DE AGRESSOR(A) SEXUAL INFANTIL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

MAPPING THE PERSONAL CHARACTERISTICS OF THE CHILD SEXUAL OFFENDER PROFILE: A SCOPE REVIEW

Fabiane Olivia Ardenghi

<https://orcid.org/0009-0003-2564-956X>

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Mário Antônio Sanches

<https://orcid.org/0000-0002-5794-2272>

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Resumo

O objetivo deste trabalho é mapear as características pessoais do perfil de agressores(as) sexuais infantis presentes na literatura científica nacional e internacional. Foi realizada uma revisão de escopo, seguindo o manual do Instituto Joanna Briggs. A pesquisa incluiu estudos de 2014 a 2023, em qualquer idioma, indexados em 4 bases de dados, e identificou 252 publicações, das quais 25 foram analisadas. Os resultados foram coletados e analisados em 3 grandes categorias: (1) características pessoais do agressor; (2) o ato do abuso; (3) contextos do agressor. Neste artigo analisaremos somente a categoria relacionada às características pessoais do agressor, ficando as demais para outros artigos, dado a extensão dos achados. Os resultados sugerem que os agressores compartilham características como impulsividade e baixa autoestima, influenciadas por fatores biológicos, psicológicos e socioculturais. O estudo destaca intervenções sensíveis ao gênero e a necessidade de mais pesquisas, como maior diversidade geográfica e foco em agressores femininos. No âmbito da bioética propõe-se intervenções que envolvem educação comunitária, intervenção personalizada para agressores e apoio às vítimas, visando promover justiça social e prevenção de futuros abusos.

Palavras-chave: Abuso sexual na infância, Bioética, Pedofilia, Perfil pessoal de abusadores(as).

Abstract

The aim of this study was to map the personal characteristics of the profile of child sex offenders found in national and international scientific literature. A scoping review was carried out, following the manual of the Joanna Briggs Institute. The research included studies from 2014 to 2023, in any language, indexed in 4 databases, and identified 252 publications, of which 25 were analyzed. The results of the collected and analyzed data are divided into 3 major categories: (1) personal characteristics of the aggressor; (2) the act of abuse; (3) contexts of the aggressor. In this article we will only analyze the category related to the personal characteristics of the aggressor, leaving the others for other articles, given the extent of the findings. The results suggest that the aggressors share characteristics such as impulsivity and low self-esteem, influenced by biological, psychological and sociocultural factors. The study highlights gender-sensitive interventions and the need for more research, such as greater geographic diversity and focus on female aggressors. In the field of bioethics, interventions are proposed that involve community education, personalized intervention for aggressors and support for victims, with the aim of promoting social justice and preventing future abuse.

Keywords: Sexual abuse in childhood, Bioethics, Pedophilia, Personal profile of abusers.

Declaração de contribuição dos autores

F. Ardenghi contribuiu com a concepção do estudo, análise e interpretação dos dados, redação e revisão; e aprovou a versão final. M. A. Sanches, contribuiu com a redação e revisão; e aprovou a versão final.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Introdução

O cuidado com a infância e adolescência além de uma responsabilidade individual, é um compromisso social e cultural. Este enfoque exige estratégias interdisciplinares e interculturais para reduzir danos e promover o bem-estar infantil. A bioética, nesse contexto, destaca-se como um campo relevante para a prevenção da violência e a defesa de direitos, integrando diferentes saberes e práticas.

No Brasil, dados de 2015 a 2021 mostram que a violência sexual infantil envolve relações de poder, despersonalizando a criança e tratando-a como objeto. É um problema sociocultural e de saúde pública, que demanda esforços conjuntos do governo e da sociedade¹. A Convenção sobre os Direitos da Criança² destaca o princípio do melhor interesse da criança, reforçando a necessidade de uma abordagem eficiente para sua proteção.

Estudos sobre o perfil dos agressores sexuais infantis são fundamentais para entender a complexidade do problema. A identificação de fatores históricos e culturais permite a criação de abordagens adequadas para vítimas e agressores. Embora o foco principal seja a vítima, o agressor também tem direito a um processo penal justo, incluindo tratamento psicossocial. A bioética busca compreender as motivações do abuso, evitando estigmatizar o agressor e focando em prevenção e reabilitação, sem justificar os atos.

Do ponto de vista bioético, o abuso sexual infantil viola os princípios de autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. Morales e Schramm³ afirmam que esses princípios são frequentemente desrespeitados em casos de abuso, onde a vítima é colocada em extrema

vulnerabilidade física, emocional e moral. A Bioética da Proteção se torna uma abordagem necessária para garantir justiça, prevenção e criação de um ambiente de apoio para vítimas, além de tratamento adequado para agressores⁴.

Na literatura, os agressores sexuais infantis são geralmente divididos em duas categorias: pedófilos e molestadores. Ambos têm alguma forma de vantagem sobre a vítima, seja hierarquia, idade ou proximidade, e muitas vezes são familiares ou conhecidos da família, com pelo menos cinco anos de diferença em relação à vítima⁵.

Os molestadores, ao contrário dos pedófilos, não necessariamente têm um interesse contínuo por crianças. Eles não envolvem a criança em exploração sexual comercial, diferentemente dos aliciadores, que induzem menores a crimes sexuais⁵. Molestadores agem por oportunidade, curiosidade ou distúrbios de preferência sexual, mas não seguem o mesmo padrão crônico dos pedófilos⁶.

Nem todo agressor sexual infantil é pedófilo, e a ciência distingue essas categorias. Baltieri⁷ identifica três tipos de agressores: pedófilos, com transtorno psiquiátrico crônico e fantasias sexuais com menores de 14 anos; oportunistas, que abusam impulsivamente; e molestadores não pedófilos, que abusam por outras razões. Apenas uma pequena fração dos agressores preenche os critérios para pedofilia.

Etapechusk⁸ destaca que, enquanto o pedófilo busca estabelecer laços amorosos com a criança, o abusador pode agir por conveniência ou oportunidade. Barros⁹ diferencia os pedófilos, movidos por desejo sexual, dos molestadores, que podem ser motivados por sadismo ou busca de poder.

Além dessas categorias, a relação agressor-vítima pode ser intrafamiliar, quando o agressor é um membro da família, ou extrafamiliar, quando não há laços familiares. Esses diferentes contextos trazem implicações variadas para o abuso sexual infantil¹⁰.

Essas distinções são essenciais para entender o comportamento dos agressores e aplicar intervenções diagnósticas e psicossociais adequadas. Nesse cenário, mapear o perfil do agressor sexual infantil em diferentes contextos é crucial para planejar políticas públicas eficazes. O presente estudo tem o objetivo de mapear as características pessoais que compõe o perfil do agressor sexual infantil com o intuito de contribuir para a prevenção da violência sexual infantil e a promoção dos direitos das crianças.

Metodologia

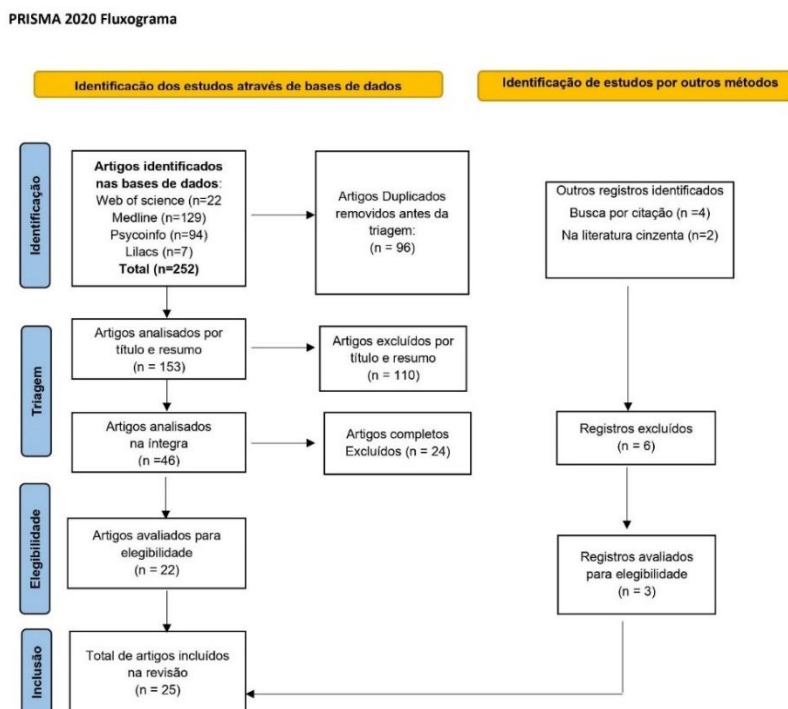
Foi realizada uma revisão de escopo seguindo as diretrizes do Joanna Briggs Institute (JBI), que compreendem: formulação da questão, identificação e seleção dos estudos, extração e análise dos dados, além do relato dos resultados¹¹. O protocolo de pesquisa foi registrado na Open Science Framework (OSF) sob o DOI 10.17605/OSF.IO/MQJT8. A questão de pesquisa foi construída utilizando a estratégia PCC (População, Conceito e Contexto), com a pergunta central: "No contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes, quais são os perfis dos agressores sexuais infantis?"

A pesquisa iniciou-se com a definição dos descritores, utilizando os vocabulários estruturados MeSH e DeCS, resultando nos seguintes termos: Abuso Sexual na Infância, Delitos Sexuais, Meio Social e Pedofilia. As buscas foram realizadas nas bases MEDLINE, APA PsycINFO, LILACS e Web of Science, com os seguintes termos: "child sexual abuse" e "sex offenders"; "sex offenders" e "social environment"; pedophiles e "sex offenders".

Os critérios de elegibilidade incluíram estudos publicados entre 2014 e 2023, sem restrição de idioma, sobre adultos abusadores sexuais de crianças e adolescentes. Excluíram-se estudos com preconceitos étnicos, religiosos ou de gênero, e o foco foi mantido no perfil do abusador sexual infantil. Foram considerados estudos de qualquer região sobre violência sexual contra crianças.

A pré-seleção dos estudos foi realizada por dois revisores independentes, com análise inicial de títulos e resumos, excluindo-se duplicatas e aqueles que não atendiam ao objetivo. A busca inicial resultou em 252 artigos, sendo 96 duplicados eliminados. Dos 156 estudos restantes, 110 foram excluídos por não atenderem aos critérios. Após leitura completa dos 46 artigos restantes, 24 foram excluídos, resultando em 22 artigos selecionados. Três artigos adicionais foram incluídos a partir das referências, totalizando 25 estudos. As divergências foram resolvidas por consenso, e o processo foi descrito conforme o fluxograma Prisma (Figura 1).

Figura 1 – Fluxograma PRISMA



Traduzido por: Verónica Abreu*, Sónia Gonçalves-Lopes*, José Luís Sousa* e Verónica Oliveira / *ESS Jean Piaget - Vila Nova de Gaia - Portugal

de: Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ* 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71

Fonte: Autores.

Resultados e discussão

A presente revisão de escopo incorporou 25 estudos de 13 países diferentes. Os países que mais contribuíram com artigos foram: Estados Unidos (7 artigos), Brasil (4 artigos), Israel (3 artigos), Bélgica (2 artigos). Os demais países (África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, China,

Coreia, Croácia, Portugal e Suíça) contribuíram com apenas 1 artigo cada. Quanto à distribuição por continente, 48% dos estudos foram realizados nas Américas (32% na América do Norte e 16% na América do Sul), 24% na Europa, 20% na Ásia, e 4% na África e Oceania, respectivamente. Em relação ao idioma, 84% das publicações estavam em inglês, 12% em português e 4% em francês.

No Quadro 1 são apresentados os dados bibliométricos referentes aos estudos incluídos nesta revisão de escopo.

Quadro 1 – Dados bibliométricos dos estudos

Estudo	Autor(es)	País e ano
E1	Abulafia <i>et al.</i> ¹³	Israel, 2020
E2	Aebi <i>et al.</i> ¹⁵	Suíça, 2015
E3	Anderson ¹⁷	Austrália, 2015
E4	Arbanas <i>et al.</i> ¹⁹	Croácia, 2022
E5	Brandão <i>et al.</i> ²¹	Brasil, 2019
E6	Comartin <i>et al.</i> ²³	EUA, 2021
E7	Costa <i>et al.</i> ²⁵	Brasil, 2018
E8	DeCou <i>et al.</i> ²⁷	EUA, 2015
E9	Dillien <i>et al.</i> ²⁹	Bélgica, 2020
E10	Falkenbach <i>et al.</i> ³¹	EUA, 2019
E11	Ferraz <i>et al.</i> ³³	Brasil, 2023
E12	Gerwinn <i>et al.</i> ³⁵	Alemanha, 2018
E13	Hadi <i>et al.</i> ¹²	Bélgica, 2016
E14	Hamo <i>et al.</i> ¹⁴	Israel, 2017
E15	Hershkowitz ¹⁶	Israel, 2014
E16	Hu <i>et al.</i> ¹⁸	China, 2017
E17	Levenson <i>et al.</i> ²⁰	EUA, 2015
E18	Levenson <i>et al.</i> ²²	EUA, 2016
E19	Naidoo <i>et al.</i> ²⁴	África do Sul, 2021
E20	Rosa <i>et al.</i> ²⁶	EUA, 2020
E21	Sea <i>et al.</i> ²⁸	Coreia, 2018
E22	Seto <i>et al.</i> ³⁰	Canadá, 2015
E23	Sigre-Leirós <i>et al.</i> ³²	Portugal, 2015
E24	Teixeira <i>et al.</i> ³⁴	Brasil, 2020
E25	Widom <i>et al.</i> ³⁶	EUA, 2015

Fonte: Autores.

A extração de dados dos artigos escolhidos para esta RE foi sistematizada em 3 categorias: (1) características pessoais do agressor, (2) sobre o ato do abuso e (3) sobre os contextos do agressor. Para cada categoria se definiram algumas subcategorias que ressaltam características e aspectos importantes de cada categoria.

No quadro 2 são representados os 25 artigos analisados conforme as categorias e as subcategorias, e em quais artigos são encontrados, com o recorte, para este artigo exclusivo da categoria ‘características pessoais do agressor’.

Quadro 2 - Categorização das características e elementos encontrados na pesquisa

Categorização	Subcategorias	Estudos
Características pessoais do agressor	Características comportamentais, emocionais, psicológicas e uso de substâncias	12-20,22-24,26-36
	Percepção sobre sua própria sexualidade	13-15,17,21,22,24,25,31
	Agressor sofreu abuso sexual na infância	12,13,15-17,19,19,20,23,24,27,28,33,35,36

Fonte: Autores.

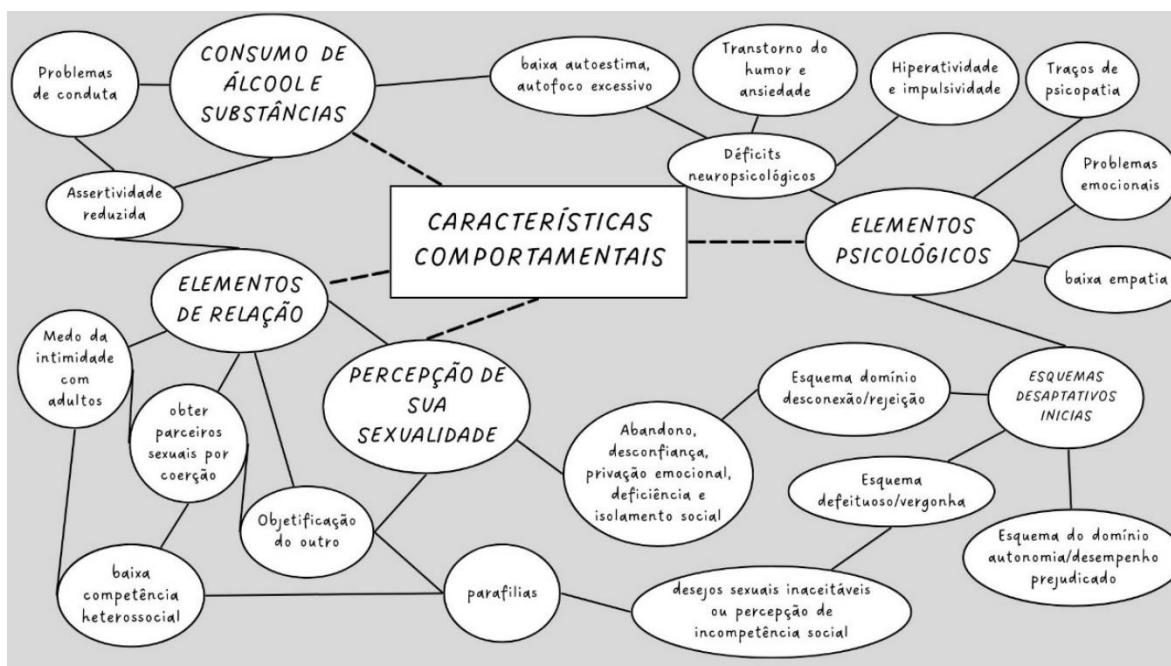
Neste artigo analisaremos somente a categoria relacionada às características pessoais do agressor com as suas 3 subcategorias: Características comportamentais, emocionais psicológicas e uso de substâncias; Percepção sobre sua própria sexualidade; Agressor sofreu abuso sexual na infância.

Características Pessoais do Agressor

Estudar as características dos agressores sexuais infantis é complexo e multifacetado, buscando identificar traços psicológicos, comportamentais e sociais associados a esse comportamento. Embora formem um grupo heterogêneo, alguns traços gerais podem ser observados. É essencial destacar que nem todos com essas características tornam-se agressores, demandando uma abordagem que considere fatores individuais, familiares, sociais e culturais.

Diversos estudos científicos desta RE identificaram características comportamentais comuns entre os agressores infantis. Na figura 3, exibimos uma representação das características pessoais que apareceram nos estudos revisados, ressaltando que esta é uma revisão de escopo que mapeia os achados, sem realizar uma análise da eficácia dos resultados encontrados nos artigos selecionados.

Figura 1 – Características pessoais do agressor



Fonte: Autores.

Para melhor compreensão desta categoria subdividimos os dados coletados em 3 subcategorias: Características comportamentais, emocionais, psicológicas e uso de substâncias; Percepção sobre sua própria sexualidade; Agressor sofreu abuso sexual na infância.

Características comportamentais, emocionais, psicológicas e uso de substâncias

Entre as características comportamentais de agressores sexuais infantis, diversos estudos destacam a perda da capacidade de estabelecer relações afetuosas ou amorosas. Isso leva à objetificação de outras pessoas, que passam a ser vistas apenas como objetos sexuais. Essa dificuldade emocional não só causa medo da intimidade com adultos, mas também resulta em

um interesse sexual desviante, onde o único meio encontrado pelo sujeito para obter parceiros sexuais é através de coerção e predação^{13,26}. Ademais, relacionadas a essas dificuldades emocionais, a pesquisa de DeCou *et al.*²⁷ identificou que o apoio emocional-interpessoal limitado, sentimentos de inutilidade, isolamento e desconexão relatados por agressores sexuais infantis no momento ou próximo ao momento da ofensa são déficits emocionais e interpessoais significativos. Esses vazios emocionais são considerados elementos cruciais no processo da ofensa, evidenciando o papel integral dessas necessidades não atendidas. Alguns estudos sugerem que essa incapacidade de se relacionar pode estar ligada ao fato de o agressor ter sido abusado na infância^{13,26,27}. Corroborando com esta teoria Levenson *et al.*²² destacam como experiências adversas na infância podem contribuir para um maior índice de desvios sexuais e comportamentos antissociais. Estas experiências podem levar ao desenvolvimento de esquemas, atitudes e crenças que aumentam o risco de comportamentos sexualmente agressivos.

Os estudos sobre comportamento têm identificado diversos problemas de conduta entre agressores sexuais infantis. Naidoo *et al.*²⁴ em pesquisa com agressores da África do Sul, observaram que problemas como hiperatividade, impulsividade e comportamentos violentos são comuns. Estes agressores frequentemente perpetuam o ciclo de abuso, vitimizando sexualmente seus próprios filhos ou familiares. Resultados similares foram encontrados em um estudo suíço com estudantes, que relataram ter coagido sexualmente outras pessoas, como forçar alguém a despir-se ou tocar partes íntimas sem consentimento, e a incitar atos sexuais¹⁵. Problemas emocionais significativos em agressores sexuais foram relatados em alguns, incluindo transtornos de humor e ansiedade, traços de personalidade antissocial, solidão e psicopatia^{15,32}. O estudo de Aebi¹⁵ examinou o impacto de problemas de saúde mental, como problemas de conduta, hiperatividade e problemas com colegas, que estavam significativamente associados a um risco aumentado de comportamento sexual coercitivo. Um

estudo brasileiro realizado por Teixeira *et al.*³⁴, que analisou traços de vitimização e psicopatia em indivíduos que cometeram violência sexual contra crianças e adolescentes, revelou que um terço dos agressores atendia aos critérios para diagnóstico de psicopatia, uma proporção ligeiramente superior à encontrada em pesquisas anteriores.

Além disso, uma pesquisa na Croácia¹⁹ em 2022 examinou as diferenças entre agressores sexuais de crianças e de adultos. Os resultados indicaram que os agressores de crianças eram mais propensos a serem diagnosticados com transtorno de personalidade narcisista, transtorno de personalidade antissocial e pedofilia.

Na pesquisa de Hadi *et al.*¹², foram identificados três fatores cruciais que levaram os participantes a cometerem abusos sexuais: uma dinâmica familiar patológica, distúrbios no controle de impulsos e um déficit de empatia. Os sujeitos do estudo apresentaram uma variedade de sintomas, incluindo sintomas sociopáticos, transtorno de oposição, depressão, impulsividade, timidez, alexitimia (dificuldade em identificar e expressar emoções), atração pela solidão e uma dependência elevada de adultos. As parafilias mais comuns identificadas foram pedofilia, frotteurismo e fantasias sexuais intrafamiliares.

O estudo de Gerwinn *et al.*³⁵ investigou as diferenças entre pedófilos e não pedófilos, incluindo aqueles com e sem histórico de abuso sexual infantil. Os resultados mostraram que os pedófilos ofensores tinham taxas mais altas de comorbidades psiquiátricas, disfunções sexuais e experiências adversas na infância em comparação com os controles. Adicionalmente, esse grupo apresentava transtornos de humor, ansiedade, fobia social, personalidade esquiva, altas taxas de TDAH durante a infância e na vida adulta, impulsividade atencional, desatenção e uma variedade de outras parafilias.

Um estudo conduzido por Rosa *et al.*²⁶ com agressores sexuais juvenis também identificou fatores de risco que prediziam uma idade precoce de início do comportamento delincente.

Entre esses fatores, estavam históricos de TDA/TDAH, raiva, baixa empatia, alta impulsividade e psicose.

Estudos sobre agressores sexuais infantis buscam compreender suas diferenças. Na Coreia²⁸, uma pesquisa distinguiu pedófilos, hebefílicos e teleiófilos, revelando que pedófilos tendem a ter transtornos paranoides e esquizofrênicos, enquanto hebefílicos são mais ligados a transtornos bipolares e problemas de controle impulsivo. Seto *et al.*³⁰ compararam agressores intrafamiliares e extrafamiliares, concluindo que os extrafamiliares apresentam maiores problemas de autorregulação, tendências antissociais e menor empatia, além de maior hostilidade contra mulheres. Já os intrafamiliares demonstraram maior repressão emocional, negação e supressão de sentimentos, sugerindo imaturidade emocional ou social.

A pesquisa sobre déficits cognitivos em agressores sexuais infantis tem revelado informações importantes, como demonstrado em estudos realizados na Bélgica em 2020 e em Portugal em 2015^{29,32}.

O estudo de Sigre-Leirós *et al.*³² investigou a relação entre Esquemas Desadaptativos Precoces (EMS), que se desenvolvem a partir de experiências adversas na infância, e diferentes tipos de comportamento sexual ofensivo, com foco especial em agressores pedófilos. Os resultados indicam que deficiências emocionais e uma tendência à submissão podem aumentar a vulnerabilidade cognitiva em casos de pedofilia. A pedofilia, sendo uma condição parafilica com necessidades distintas de outros crimes, se alinha com essas descobertas. O modelo de esquema sugere que indivíduos podem se envergonhar de defeitos pessoais percebidos, acreditando serem indignos de amor ou indesejáveis, o que pode incluir desejos sexuais inaceitáveis ou sensações de incompetência social. A subjugação emocional, caracterizada por uma excessiva concessão ao controle alheio para evitar conflitos ou abandono, leva à percepção de que as próprias opiniões e sentimentos são irrelevantes. Essas características são consistentes com estudos anteriores que identificaram dificuldades no funcionamento interpessoal, baixa

autoestima e um foco excessivo em si mesmos entre pedófilos masculinos. A conexão entre a auto-percepção negativa relacionada a desejos sexuais inaceitáveis e a rejeição social da pedofilia é especialmente relevante.

O estudo realizado na Bélgica²⁹ revelou que agressores sexuais infantis têm dificuldades em aprender tanto com reforços positivos quanto negativos. Isso interfere na capacidade de escolher comportamentos que resultem em recompensas e de inibir aqueles associados a punições. Este déficit de regulação comportamental é considerado um fator crítico para a ocorrência de abusos sexuais infantis, conforme sugerido pelos modelos de agressão sexual.

A pesquisa sobre agressoras sexuais femininas ainda é limitada, mas nossa revisão de escopo identificou três estudos relevantes dos Estados Unidos. DeCou *et al.*²⁷ exploraram características específicas de vulnerabilidade de gênero entre mulheres envolvidas em crimes sexuais, enquanto Levenson *et al.*²⁰ investigaram as experiências adversas na infância de agressoras sexuais infantis. Por fim, Comartin *et al.*²³ compararam características entre homens e mulheres ofensoras sexuais. Os resultados desses estudos destacam que mulheres envolvidas em crimes sexuais frequentemente apresentam desajustes significativos, como dependência emocional de parceiros, baixa autoestima e uma alta incidência de problemas de saúde mental, incluindo transtornos de humor, ansiedade e abuso de substâncias. Essas mulheres também possuem distorções cognitivas que influenciam seus comportamentos delituosos, manifestando crenças errôneas sobre a periculosidade e os direitos de seus parceiros, bem como sobre a maturidade e o consentimento de suas vítimas. Além disso, as adversidades enfrentadas na infância dessas mulheres frequentemente resultam em problemas relacionais e de enfrentamento, devido a dificuldades interpessoais e percepções distorcidas sobre si mesmas e os outros. A exposição a um ambiente de pouca proteção e afeto durante a infância faz com que vejam o mundo como um lugar perigoso, prejudicando a capacidade de confiar e levando a escolhas prejudiciais de relacionamentos. Comportamentos como afeto reduzido, hostilidade e

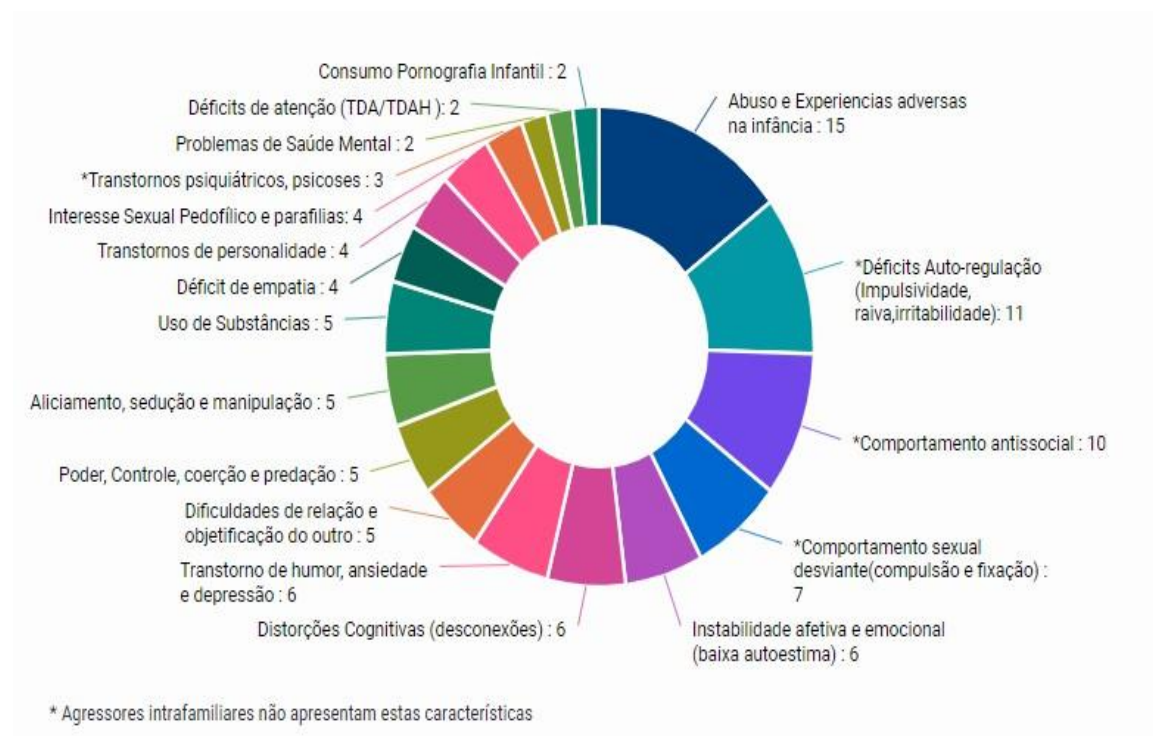
manipulação são vistos como mecanismos de sobrevivência ao trauma, resultando em problemas de apego, autorregulação e competências relacionais. Comparativamente, mulheres agressoras sexuais tendem a ter pontuações mais baixas em delinquência e desvio sexual do que homens agressores

O uso de drogas e álcool foi identificado como um fator significativo na predição de comportamentos sexuais coercitivos em diversos estudos. Por exemplo, uma pesquisa nos Estados Unidos explorou os fatores externos e internos que influenciam o comportamento de agressoras sexuais femininas, revelando que o consumo de substâncias pelos agressores era um componente integral no processo do crime, incluindo o fornecimento de substâncias às vítimas antes e durante o ato de violação²⁷. Em apoio a esse achado, estudos que examinaram as adversidades e abusos na infância enfrentados por abusadores sexuais de crianças encontraram uma prevalência de histórico de abuso ou dependência de álcool, drogas e substâncias psicoativas²⁴.

Contrastando com isso, uma pesquisa comparativa entre perpetradores de abuso sexual infantil e de adultos descobriu que o consumo de álcool por perpetradores de abuso sexual infantil era significativamente menor do que pelos de abuso sexual contra adultos. Isso pode ser atribuído ao fato de que os crimes contra crianças geralmente são premeditados, exigindo que o agressor mantenha controle e organize os eventos meticulosamente, enquanto os agressores de vítimas adultas tendem a agir de maneira mais impulsiva e sem planejamento prévio¹⁹. De forma semelhante, um estudo realizado por Brandão *et al.*²¹ no Brasil reforça essa observação, mostrando que em 75,72% dos casos analisados, o agressor não estava sob efeito de álcool.

No gráfico 2 sintetizamos as características comportamentais e psicológicas assinalando a frequência dos itens encontrados nos estudos desta RE. O intuito é que seja de fácil compreensão.

Gráfico 1 - Características comportamentais e psicológicas



Fonte: Autores.

Percepção do agressor sobre sua própria sexualidade

A compreensão da própria sexualidade por parte de agressores sexuais é um tema complexo e pouco explorado, mas de extrema importância. Essa percepção varia significativamente entre indivíduos, sendo influenciada por experiências de vida, contextos sociais e fatores psicobiológicos. Alguns agressores podem distorcer sua sexualidade, associando-a a comportamentos violentos e de controle, enquanto outros podem minimizar seus atos, negando problemas em relação à sua orientação sexual.

É essencial desmistificar certos estereótipos, como a crença de que agressores sexuais infantis são predominantemente homossexuais. Pesquisas indicam que a maioria desses agressores é heterossexual, e as principais vítimas são meninas, desafiando preconceitos comuns^{21,22,24,25,31}.

Um estudo realizado em Israel com agressores sexuais pedófilos da comunidade ultraortodoxa haredi, destacou desafios significativos na compreensão da própria sexualidade. As restritas leis judaicas e práticas culturais limitam a expressão da sexualidade quase exclusivamente ao

âmbito da reprodução dentro do casamento, resultando em uma compreensão limitada e dificuldades para gerir a sexualidade de maneira saudável¹⁴.

No clero católico romano, um estudo de Anderson¹⁷ sugere que os abusadores do clero se diferenciam por terem predominantemente vítimas do sexo masculino, o que pode indicar uma predominância de agressores homossexuais. A formação em seminários durante as décadas de 1950 a 1970 enfatizava uma vida comunitária altamente regulamentada e monitorada, com proibições significativas em torno da sexualidade. Isso muitas vezes levava à supressão emocional e falta de desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis. Portanto, a percepção de sua própria sexualidade pode ser confusa e contraditória, afetada por fatores como a ênfase no celibato, que pode transformar a sexualidade em uma fonte de conflito e pecado, em contraste com a visão mais positiva da sociedade em geral. Além disso, há confusão quanto à orientação sexual, especialmente entre aqueles que foram vítimas de abusos, e essa ambiguidade é exacerbada por doutrinas que condenam a homossexualidade como intrinsecamente desordenada e pelo mito errôneo de que homossexualidade e pedofilia estão interligadas.

Adicionalmente, estudos mostram que o abuso sexual na infância pode influenciar o desenvolvimento de comportamentos sexuais desviantes e coercitivos na vida adulta. Portanto, é crucial abordar a complexidade da percepção da sexualidade pelos agressores, considerando fatores sociais, religiosos e psicológicos, para prevenir e tratar o abuso sexual de maneira eficaz^{13,15}.

Agressor sofreu abuso sexual na infância

Indivíduos que sofreram abuso sexual na infância frequentemente se tornam objeto de estudo em pesquisas que buscam entender a conexão entre experiências traumáticas precoces e o desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentais. Diversos estudos indicam que o abuso sexual infantil pode levar ao surgimento de comportamentos nocivos e transtornos

psicopatológicos, com uma hipótese amplamente aceita sugerindo que essas experiências podem estar relacionadas ao desenvolvimento de interesse pedófilo. A teoria da aprendizagem social, por exemplo, propõe que vítimas de abuso podem assimilar e reproduzir comportamentos inapropriados observados em seus agressores³⁷.

Entre os 25 estudos analisados nesta RE, 9 estudos (36%) exploraram diretamente a conexão abusado-abusador e na sequência os descreveremos cronologicamente, iniciando dos mais antigos aos mais recentes.

O estudo de Hershkowitz¹⁶ focou no impacto do abuso sexual infantil em vítimas masculinas e como este pode influenciar o desenvolvimento de comportamento sexual intrusivo (SIB), destacando fatores como a idade no momento do abuso, estrutura familiar e frequência do abuso como moderadores do comportamento subsequente. Aebi *et al.*¹⁵ encontraram, em uma pesquisa com adolescentes suíços, que vítimas de abuso sexual na infância tendem a apresentar mais comportamentos sexuais coercitivos em comparação com aqueles que não sofreram abuso. Levenson *et al.*^{20,22} realizaram dois estudos sobre experiências adversas na infância de agressores sexuais. O primeiro²⁰, em 2015 analisou 47 mulheres agressoras e revelou que metade delas sofreu abuso sexual na infância, enquanto 41% relataram quatro ou mais experiências adversas. O segundo estudo²², em 2016, com 697 homens agressores sexuais, mostrou que esses indivíduos tinham maior prevalência de abuso sexual e outras formas de maus-tratos na infância, em comparação com a população geral.

Entretanto, nem todos os estudos corroboram essa conexão. Widom e Massey³⁶, por exemplo, investigaram a relação entre abuso infantil e crimes sexuais, concluindo que o abuso físico e a negligência aumentam a probabilidade de envolvimento em crimes sexuais, mas o abuso sexual infantil não foi identificado como a única causa. Isso sugere a necessidade de intervenções preventivas direcionadas para crianças que sofreram maus-tratos.

Gerwinn *et al.*³⁵ examinaram um grande grupo de pedófilos e não pedófilos, divididos entre aqueles com e sem histórico de abuso sexual. Eles constataram que, em comparação com o grupo de controle, os três grupos clínicos/agressores apresentaram taxas significativamente mais altas de abuso emocional, físico e sexual. No entanto, o estudo não encontrou uma correlação direta entre o histórico de abuso sexual e o desenvolvimento de pedofilia, indicando que o abuso pode aumentar a propensão para crimes sexuais, mas não necessariamente para a pedofilia.

Estudos mais recentes também corroboram essas descobertas. Abulafia e Epstein¹³, ao investigarem 532 agressores sexuais em Israel, descobriram que o abuso sexual infantil influencia diretamente o desenvolvimento de sexualidade desviada. A pesquisa destacou a perda de habilidades relacionais e a busca de parceiros sexuais por meio da coerção como consequências desse abuso. Isso demonstra uma associação clara entre forte interesse pedófilo e padrões de comportamento predatório e impessoal nas ofensas.

Na África do Sul, Naidoo *et al.*²⁴ realizaram uma pesquisa com 12 agressores sexuais masculinos que haviam sido expostos a violência familiar e abuso sexual na infância. O estudo revelou que todos os participantes repetiram o padrão de abuso, vitimizando sexualmente seus próprios filhos ou outros familiares. A dinâmica de poder foi um fator determinante na perpetração dos abusos, com manipulação financeira e violência física e verbal usadas para subjugar as vítimas. Além disso, os participantes apresentavam distorções cognitivas e fantasias sexuais, muitas vezes moldadas por suas próprias experiências traumáticas e exposição à pornografia.

Por fim, um estudo conduzido no Brasil por Ferraz *et al.*³³ investigou as Experiências Adversas na Infância (ACEs) em indivíduos que cometeram violência sexual contra crianças e adolescentes. O abuso físico foi identificado como a ACE mais prevalente, seguido por violência moral e abuso sexual. O estudo encontrou associações significativas entre a morte ou

separação dos pais e o abuso sexual, sugerindo que essas experiências adversas desempenham um papel crucial no desenvolvimento de comportamentos abusivos.

Considerações finais

A comparação entre os perfis dos agressores sexuais infantis revelou uma grande complexidade, devido às diferenças substanciais nos objetivos, metodologias e amostras dos estudos analisados. Isso dificultou a criação de um perfil único e consistente. Entretanto, identificamos traços comuns que podem servir como base para futuras pesquisas. Essas descobertas não pretendem estigmatizar os agressores, mas sim fornecer uma base para um entendimento mais profundo do comportamento abusivo.

O comportamento sexual abusivo não possui uma causa única; trata-se de uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e socioculturais que moldam a trajetória do indivíduo ao longo de sua vida. Traumas e experiências de vida, especialmente aqueles vividos na infância, influenciam o comportamento dos agressores, revelando que a motivação para o abuso sexual é multifacetada e complexa.

Entre as características pessoais analisadas, observa-se que os agressores sexuais infantis tendem a exibir dificuldades de controle de impulsos, baixa autoestima, problemas com a formação de relações íntimas e comportamentos agressivos diante de frustrações. Além disso, muitos demonstram incapacidade de formar vínculos afetivos saudáveis, o que se traduz em objetificação das vítimas e comportamentos coercitivos. Experiências adversas na infância, como abuso ou negligência, frequentemente contribuem para o desenvolvimento de condutas antissociais e sexualmente desviantes.

Outro ponto relevante é a associação entre o uso de substâncias e a perpetração do abuso sexual. Isso ressalta a necessidade de tratar a dependência como parte dos programas de intervenção e prevenção. Além disso, a identificação de traços psicológicos e de personalidade entre

agressores de diferentes perfis auxilia na criação de estratégias de intervenção mais eficazes e personalizadas.

A pesquisa também sugere que as intervenções devem ser sensíveis às diferenças de gênero. Agressores masculinos e femininos apresentam padrões distintos, que demandam abordagens terapêuticas específicas. O reconhecimento dessas diferenças é essencial para a efetividade dos tratamentos.

Estereótipos prejudiciais, como a falsa associação entre homossexualidade e abuso sexual infantil, precisam ser desmistificados. Estudos indicam que a maioria dos agressores sexuais infantis é heterossexual, o que desafia preconceitos enraizados. Além disso, normas culturais e religiosas rígidas, como as encontradas em comunidades ultraortodoxas e no clero católico, podem reprimir a expressão saudável da sexualidade, contribuindo para comportamentos desviantes. Uma abordagem mais aberta e informada sobre sexualidade pode mitigar alguns desses comportamentos.

A relação entre o abuso sexual na infância e o desenvolvimento de comportamentos sexuais coercitivos na vida adulta destaca a importância de intervenções precoces. Traumas na infância podem predispor indivíduos a se tornarem agressores, reforçando a necessidade de prevenir o abuso sexual infantil como parte de um ciclo contínuo de violência e trauma. Intervenções precoces são essenciais, principalmente em adolescentes que já demonstram sinais de comportamento abusivo ou estão em risco de desenvolvê-lo.

Por fim, é evidente que as abordagens preventivas e terapêuticas devem considerar a complexidade da sexualidade dos agressores, suas experiências de vida e o contexto sociocultural em que estão inseridos. Essa compreensão mais profunda permitirá não só tratar os agressores de forma eficaz, mas também prevenir novos casos de abuso. A falta de centros especializados e a pouca experiência dos profissionais de saúde mental em lidar com agressores sexuais são desafios significativos. A detecção precoce de adolescentes em risco de abusar

sexualmente é crucial, visto que muitos abusadores foram vítimas de abuso na infância. Portanto, intervenções nesse nível são fundamentais para interromper o ciclo de abuso.

Esses achados sublinham a importância de uma abordagem multidisciplinar e contextualizada para o tratamento e a prevenção de abusos sexuais infantis.

Lacunas e oportunidades para pesquisas futuras

Esta revisão destaca lacunas importantes, como a escassez de estudos em regiões como África e Ásia e o foco predominante em agressores masculinos. Pesquisas comparativas entre gêneros são essenciais para compreender semelhanças e diferenças nos comportamentos. A falta de investigações sobre abuso online, uma forma crescente de exploração, também exige atenção. Além disso, há necessidade de modelos preditivos que integrem variáveis psicológicas, sociais e ambientais, permitindo identificar indivíduos em risco e criar programas preventivos eficazes. Futuras pesquisas poderiam explorar o perfil do agressor antes e depois da formação da identidade sexual (18 anos), investigando se o comportamento agressivo é influenciado por condições ambientais ou se é uma característica inata.

Com base nas conclusões, são sugeridas intervenções focadas na prevenção do abuso sexual infantil e no tratamento dos agressores, integrando bioética e direitos humanos. A abordagem deve considerar justiça social, equidade e responsabilidade coletiva, promovendo conscientização, educação e ambientes seguros para crianças.

As intervenções específicas incluem: (1) Campanhas de sensibilização nas comunidades sobre prevenção e sinais de abuso, incentivando a denúncia; (2) Programas de identificação e tratamento precoce para crianças em risco; (3) Reabilitação personalizada, sensível ao gênero e integrada a tratamentos de dependência; (4) Desmistificação de estereótipos prejudiciais sobre abuso infantil; (5) Políticas públicas voltadas à prevenção de traumas e apoio a ambientes familiares saudáveis.

Essas intervenções devem ser coordenadas por meio de redes multissetoriais e políticas públicas baseadas em evidências, com formação contínua de profissionais. Alinhar essas estratégias à bioética garante uma abordagem inclusiva, ética e orientada para a justiça social e a proteção das crianças, promovendo um ambiente seguro e a reabilitação dos agressores.

Referências

1. Brasil M da S. *Boletim Epidemiológico.*; 2024. Accessed May 20, 2024. <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08/view>
2. Yesuron M. Perfil psicopatológico de delinquentes sexuais. *Anuario de Investigaciones de la Facultad de Psicología.* 2015;2(1):192-203.
3. Morales ÁE, Schramm FR. A moralidade do abuso sexual intrafamiliar em menores. *Ciência saúde coletiva.* 2002;7:265-273. doi:10.1590/S1413-81232002000200007
4. Rodrigues CAB, Schramm FR. Bioética de proteção: fundamentos e perspectiva. *Rev Bioét.* 2022;30:355-365. doi:10.1590/1983-80422022302531PT
5. Libório RMC, Castro BM de. Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. In: Ungaretti, ed. *Criança e Adolescente. Direitos, Sexualidades e Reprodução.* Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABMP; 2010:19-41.
6. Serafim A, Saffi F, Rigonatti S, Casoy I, Barros D. Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista De Psiquiatria Clinica - REV PSIQUIATR CLIN.* 2009;36. doi:10.1590/S0101-60832009000300004
7. Baltieri DA. Pedofilia como transtorno comportamental psiquiátrico crônico e transtornos comportamentais assemelhados. *bsbm.* 2013;50(2):122-131. doi:10.14242/2236-5117.2013v50n2a18p122
8. Etapechusk J. Um estudo sobre o sujeito pedófilo, uma visão da psicologia. *Psicologia pt.* Published online 2017. Accessed January 12, 2024. https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?um-estudo-sobre-o-sujeito-pedofilo-uma-visao-da-psicologia&codigo=A1176&area=D11B
9. Barros C do A de. Parafilias, pedofilia e intervenções em terapia cognitivo-comportamental. *Psique - Relatos acadêmicos.* 2017;2(3):78-94.
10. Camilleri J, Quinsey V. Pedophilia: Assessment and treatment. In: *Sexual Deviance: Theory, Assessment, and Treatment.* 2nd ed. ; 2008:183-212.
11. Tricco AC, Lillie E, Zarin W, et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Ann Intern Med.* 2018;169(7):467-473. doi:10.7326/M18-0850

12. Hadi G, Linkowski P, Leistedt, S. L'enfance chez les auteurs de crimes sexuels ; une étude rétrospective. *Rev Med Brux.* 2016;37(3):135-144.
13. Abulafia J, Epstein R. Impersonal and Predatory Relations With Child Victims of Sexual Assault: Pedophilic Interest and Early Childhood Abuse. *Int J Offender Ther Comp Criminol.* 2020;64(16):1741-1756. doi:10.1177/0306624X20928018
14. Hamo G, Idisis Y. Pedophiles in the Ultra-Orthodox Haredi Sector in Israel: Thought Processes Regarding their Actions. *Journal of Child Sexual Abuse.* 2017;26(4):407-427. doi:10.1080/10538712.2017.1285841
15. Aebi M, Landolt MA, Mueller-Pfeiffer C, Schnyder U, Maier T, Mohler-Kuo M. Testing the "Sexually Abused-Abuser Hypothesis" in Adolescents: A Population-Based Study. *Arch Sex Behav.* 2015;44(8):2189-2199. doi:10.1007/s10508-014-0440-x
16. Hershkowitz I. Sexually Intrusive Behavior Among Alleged CSA Male Victims: A Prospective Study. *Sex Abuse.* 2014;26(3):291-305. doi:10.1177/1079063213486937
17. Anderson J. Comprehending and Rehabilitating Roman Catholic Clergy Offenders of Child Sexual Abuse. *Journal of Child Sexual Abuse.* 2015;24(7):772-795. doi:10.1080/10538712.2015.1077367
18. Hu M, Liang B, Huang S. Sex Offenses Against Minors in China: An Empirical Comparison. *Int J Offender Ther Comp Criminol.* 2017;61(10):1099-1124. doi:10.1177/0306624X15616220
19. Arbanas G, Marinovic P, Buzina N. Psychiatric and Forensic Characteristics of Sex Offenders With Child and With Adult Victims. *Int J Offender Ther Comp Criminol.* 2022;66(12):1195-1212. doi:10.1177/0306624X20944673
20. Levenson JS, Willis GM, Prescott DS. Adverse Childhood Experiences in the Lives of Female Sex Offenders. *Sex Abuse.* 2015;27(3):258-283. doi:10.1177/1079063214544332
21. Brandão VBG, Martins AMA, Marques JN dos R. Violência sexual infanto juvenil: uma análise sobre o agressor. *Humanidades (Montes Claros).* 2019;8(2). Accessed January 29, 2024. <http://revistas.funorte.edu.br/revistas/index.php/humanidades/article/view/123>
22. Levenson JS, Willis GM, Prescott DS. Adverse Childhood Experiences in the Lives of Male Sex Offenders: Implications for Trauma-Informed Care. *Sex Abuse.* 2016;28(4):340-359. doi:10.1177/1079063214535819
23. Comartin EB, Burgess-Proctor A, Kubiak S, Bender KA, Kernsmith P. Comparing Women's and Men's Sexual Offending Using a Statewide Incarcerated Sample: A Two-Study Design. *J Interpers Violence.* 2021;36(7-8):3093-3116. doi:10.1177/0886260518772110
24. Naidoo L, Van Hout MC. Child Sex Offender Mind-Set and Grooming Strategies: A Discourse Analysis of Sex Offender Narratives from South Africa. *Journal of Child Sexual Abuse.* 2021;30(5):616-635. doi:10.1080/10538712.2021.1890296

25. Costa LP, Rocha CJB, Cavalcante LIC. Características biopsicossociais entre acusados de agressão sexual contra crianças/adolescentes em contextos intra e extrafamiliar. *Temas Psicol.* 2018;26(1):283-295. doi:10.9788/TP2018.1-11Pt
26. Rosa M, Fox B, Jennings WG. Do Developmental and Life-Course Theory Risk Factors Equally Predict Age of Onset Among Juvenile Sexual and Nonsexual Offenders? *Sex Abuse.* 2020;32(1):55-78. doi:10.1177/1079063218797714
27. DeCou CR, Cole TT, Rowland SE, Kaplan SP, Lynch SM. An Ecological Process Model of Female Sex Offending: The Role of Victimization, Psychological Distress, and Life Stressors. *Sex Abuse.* 2015;27(3):302-323. doi:10.1177/1079063214556359
28. Sea J, Beauregard E. The Hebephiliac: Pedophile or Teleiophiliac? *Int J Offender Ther Comp Criminol.* 2018;62(9):2507-2526. doi:10.1177/0306624X17723627
29. Dillien T, Goethals K, Sabbe B, Brazil IA. Impairment of Both Reward and Punishment Learning in Males Who Have Sexually Offended Against a Child. *Sex Abuse.* 2020;32(8):931-957. doi:10.1177/1079063219871579
30. Seto MC, Babchishin KM, Pullman LE, McPhail IV. The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: A meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. *Clinical Psychology Review.* 2015;39:42-57. doi:10.1016/j.cpr.2015.04.001
31. Falkenbach DM, Foehse A, Jeglic E, Calkins C, Raymaekers L. Sexual Abuse Within Employment Settings: A Comparison of Work-Related, Intra- and Extra-Familial Child Molesters. *Sex Abuse.* 2019;31(5):524-542. doi:10.1177/1079063217708202
32. Sigre-Leirós V, Carvalho J, Nobre P. Cognitive schemas and sexual offending: Differences between rapists, pedophilic and nonpedophilic child molesters, and nonsexual offenders. *Child Abuse & Neglect.* 2015;40:81-92. doi:10.1016/j.chiabu.2014.10.003
33. Ferraz MDMP, Cavalcante LIC, Veloso MMX. Adverse Childhood Experiences: a study addressing the Perpetrators of sexual violence. *PTP.* 2023;25(3). doi:10.5935/1980-6906/ePTPSP15116.en
34. Teixeira JN de S, Resende AC, Perissinotto R. Vitimização e Psicopatia em Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. *Avaliação Psicológica.* 2020;19(2):123-131. doi:10.15689/ap.2020.1902.02
35. Gerwinn H, Weiß S, Tenbergen G, et al. Clinical characteristics associated with paedophilia and child sex offending – Differentiating sexual preference from offence status. *Eur psychiatr.* 2018;51:74-85. doi:10.1016/j.eurpsy.2018.02.002
36. Widom CS, Massey C. A Prospective Examination of Whether Childhood Sexual Abuse Predicts Subsequent Sexual Offending. *JAMA Pediatr.* 2015;169(1):e143357. doi:10.1001/jamapediatrics.2014.3357
37. Bandura A. Social Learning Theory of Aggression. *Journal of Communication.* 1978;28(3):12-29. doi:10.1111/j.1460-2466.1978.tb01621.x

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.